

**18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA  
26 A 29 DE JULHO DE 2017, BRASÍLIA (DF)  
GRUPO DE TRABALHO 05 – AS CIDADES NO SÉCULO XXI**

**AS CIDADES COMO OBJETO DAS  
POLÍTICAS DE CULTURA: O CASO DA  
RECIFE DO SÉCULO XXI**

**Francisco Sá Barreto, DAM – UFPE  
Izabella Medeiros, PPGS - UFPE**

# AS CIDADES COMO OBJETO DAS POLÍTICAS DE CULTURA: O CASO DA RECIFE DO SÉCULO XXI<sup>1</sup>

Francisco Sá Barreto<sup>2</sup>

Izabella Medeiros<sup>3</sup>

**Resumo:** É difícil pensar um replanejamento das grandes cidades dos países do Ocidente do globo depois da Segunda Guerra Mundial sem que isso seja efetivamente atravessado por um debate sobre uma necessária relação entre Estado (gestão) e Cultura. Esse imperativo seria montado para atender a duas demandas estruturais: a) administrar as insatisfações ligadas à injusta distribuição de capital nos ditos países desenvolvidos, refletidas, por sua vez, em zoneamentos culturais nas crescentes metrópoles; e b) reforçar políticas de compensação pela cultura, fortemente vigentes até os nossos dias. Como resultado direto do primeiro eixo, seria possível falar em um sofisticado dispositivo disciplinar que se utiliza da memória cultural como recurso para a ordem pública. O produto imediato do segundo eixo estaria configurado nas políticas de financiamento cultural, responsáveis por alinhar os interesses dos gestores com o produto cultural das organizações-produtores-objetos das políticas culturais. Os programas para gestão dos conflitos decorrentes das políticas de reconhecimento, por sua vez, não deixaram de configurar-se enquanto programas de gestão cultural. A cultura como recurso não diz respeito somente à produção de divisas a partir da mercadoria cultural – o que, está claro, não é pouco. Versa sobre a cultura como dispositivo de gestão. É o que pretendemos observar no projeto de cidade em Recife, no início dos anos 2000, e os movimentos de resistência que se produziram a partir disso.

## Delimitando uma questão

Em 4 de outubro de 2008, foram a leilão, em São Paulo, os antigos galpões da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), localizados no Cais José Estelita, em Recife. Naquela ocasião, tratava-se de grande área “desocupada” pela empresa cujo funcionamento, no local, havia sido encerrado em 1996. A perspectiva de venda do terreno, em tese, serviria para quitar os passivos da empresa bem como dar andamento ao grande volume de investimentos na região, o que já vinha ocorrendo desde a década

---

<sup>1</sup> Artigo produzido como parte de pesquisa fomentada pela FACEPE (Fundação para o Amparo da Ciência em Pernambuco).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, professor Adjunto III do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE, pesquisador do Grupo “Curupiras: Colonialidades e Outras Epistemologias”, e-mail: xicosabarreto@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, bolsista do CNPq, pesquisadora do Grupo “Curupiras: Colonialidades e Outras Epistemologias”, e-mail: bellamedeiros@gmail.com

anterior. Os jornais pernambucanos de grande circulação à época – Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco – veicularam, naqueles dias, notícias referentes à venda e aos projetos para a área. Eles versavam sobre a necessidade de “recuperar”, “resgatar” o uso da área, “devolvendo” à cidade um cais que deveria retornar às paisagens postais da cidade e, ao mesmo tempo, orientar o Recife para o futuro.

As matérias referentes à venda e aos projetos para o terreno, contudo, não vinham nos cadernos de economia ou política dos jornais. Quando não estavam nas capas, as reportagens, recorrentemente, eram veiculadas nas seções de cultura e entretenimento, sugerindo um vasto número de intervenções para verticalização e “reurbanização” da área como traço estratégico para o desenvolvimento cultural da região e da cidade como um todo.

O leilão do terreno marcaria, para a área, a transferência da gestão de desenvolvimento cultural do Estado para a iniciativa privada, que, para tanto, deveria pagar o lance mínimo de R\$ 55 milhões. O Projeto Recife e Olinda, em desenvolvimento desde o final dos anos 1990, representava investimentos para intervenção em oito quilômetros de margem d’água entre as cidades supracitadas. Na faixa, deveriam se distribuir, além de equipamentos “requalificados” – tais como o próprio Porto do Recife, convertido estrategicamente em terminal náutico de passageiros –, edificações residenciais de luxo e novos aparelhos de cultura, como, por exemplo, os recém-inaugurados Paço do Frevo e Museu Cais do Sertão.

Os investimentos ainda previam, desde os anos 1990, a remoção da pequena população remanescente do intenso empreendimento de gentrificação ao qual foi submetido o Bairro do Recife durante aquela década, processo que culminou com o curioso tombamento do bairro pelo IPHAN em 1998. A região que circunda a antiga Igreja do Pilar foi, naquela ocasião, ainda mais isolada e teve aprofundada a sua invisibilidade no bairro, cuja população de moradores além da comunidade é praticamente nula.

A ocasião do leilão do terreno da RFFSA deveria funcionar como marco para uma política de gestão da cidade que ratifica a regulação enquanto parte do interesse de uma iniciativa privada comprometida com um sentido sofisticado de desenvolvimento. Este deveria ser fortemente vinculado ao reforço político-institucional de específicas identidades culturais e ao estímulo do mercado do turismo global, tendência anotada já a partir dos anos 1970, mas com fôlego intensamente mais evidente a partir da década de

1990. Edifícios destoantes da paisagem da região e voltados para as elites locais e investidores ratificariam, portanto, importante virada nas políticas de planejamento e gestão da cidade de Recife no século XXI.

De que maneiras, no entanto, grandes investimentos em edificações de luxo e forte especulação imobiliária podem representar qualquer nível de desenvolvimento cultural? A aporia sinaliza importante enigma do tempo. Ela diz respeito à sofisticação das políticas de segregação urbana que, notadamente, a partir dos anos 1990, incluem a “requalificação” ao rol de dispositivos de produção de uma nova experiência de cidade, cujo enclave fortificado (CALDEIRA, 2000) não é mais aquele diante do qual habita a população “indesejável” das grandes cidades. Um novo tipo de enclave que se confunde com a própria cidade – ou regiões inteiras dela –, da qual parte significativa não toma qualquer parte.

Nesse sentido, edifícios de luxo produzem desenvolvimento em movimento semelhante ao que poderíamos chamar de “dubaização”, mas isso ainda diz pouco, haja vista que a estética pastiche de Dubai se esforça para produzi-la enquanto lugar de todos os lugares e, ao mesmo tempo, lugar nenhum. Uma nova fase para a gentrificação em cidades como Recife não diz respeito somente à reconstrução de zonas “degradadas” da cidade e seus fins especulativos e voltados a grandes estímulos ao mercado imobiliário, mas a um discurso de ganhos culturais fortemente vinculado ao empreendimento (LEITE, 2007). Isso explica o Projeto Recife Olinda como um programa para páginas de cultura dos jornais, razão para um discurso orgulhoso sobre a cidade, cuja complexa pauta é uma simbiose entre tradição e modernidade, identidade e desenvolvimento enquanto marcadores para a Recife do século XXI.

Dois importantes sentidos de cultura como dispositivo são mobilizados para tanto (YUDICE, 2004). Em primeiro lugar, a gestão do Estado sobre a memória cultural remonta aos esforços desenvolvidos pelas grandes cidades globais a fim de administrar os traumas políticos produzidos pelas duas grandes guerras do século XX e o colapso de um modelo de colonialismo. Gerir a memória cultural configurou-se questão central para centros cosmopolitas comprometidos com uma economia dos lugares, haja vista as complexas formas que essas grandes cidades tomaram depois das políticas de reconhecimento e as imigrações pós-45. A cidade em que todos devem ter seus lugares passou a ser a cidade em que os espaços calculados de poder – ou mesmo as paisagens de poder de Zukin (2000) – traduziram lugares diagramados para todos.

Em segundo lugar, mas não menos importante, trata-se da compreensão de cultura enquanto recurso econômico, linguagem para novos mercados, em um contexto de colapso de um sem-número de empreendimentos em setores mais tradicionais. Notadamente com a queda do Muro de Berlim, grandes investimentos no mercado do consumo cultural foram feitos, como veremos mais adiante, para viabilizar novos usos da tradição e a explosão do turismo global. Em Recife, é exemplar o conjunto de intervenções às quais as regiões centrais da cidade foram (e são) submetidas para se adaptar às demandas do tempo, fundamentalmente o conjunto de investimentos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), por meio do programa *Monumenta*, que observou grandes cidades brasileiras enquanto importantes objetos culturais comercializáveis.

Nos termos de Hall (2003), o multiculturalismo é o mais destacado dispositivo para gestão do cruzamento desses dois sentidos contemporâneos de cultura. Trata-se das políticas de Estado para uma economia de nações multiculturais – essas ainda mais complexas a partir de uma nova geopolítica dos lugares no mundo contemporâneo. O multiculturalismo – ou a lógica cultural do capitalismo multinacional (ŽIŽEK, 2005) – converte a dimensão étnica da cultura em bem-acabado produto ora dos equipamentos culturais que compartilham a gestão do Estado e da iniciativa privada, ora das próprias políticas de planejamento e gestão urbanas a partir das quais toda tensão social precisa e deve ser transformada em peculiaridade da cultura local. Marcadores das complexas desigualdades contemporâneas, portanto, a partir dos anos 1970, vão sendo emulados como parte da riqueza cultural do lugar, objetos (quase) museológicos de uma mercadoria cultural economicamente extremamente bem-sucedida.

É o que se pode observar, por exemplo, com o projeto Nordeste Emergentes, da Fundação Joaquim Nabuco (Pernambuco), mais especificamente desenvolvido pelo Museu do Homem do Nordeste (MUHNE), paradigmaticamente resumido pela passagem do *Jornal do Commercio* do dia 13 de outubro de 2013, matéria intitulada “Pesquisa da Fundaj [sic] apresenta um Nordeste Emergente”:

Na orla de Fortaleza o Nordeste parece Miami. Fortalezas verticais inundam a beira mar. Espigões de vidros reluzentes espelham o desejo de exibir uma riqueza emergente. A antropóloga carioca Ciema Mello batizou de “miamização” esse fenômeno de transformações no estilo de vida na capital cearense. O cenário é parte de um Nordeste que se opõe aos estereótipos de uma região engessada, há séculos, na condição de “primo pobre da nacionalidade”. Com proposta de desfazer

esse mito, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) realizou a pesquisa Nordeste Emergentes.

A “miamização” destacada na fala da pesquisadora não reproduz a crítica recorrente a um tipo de esvaziamento da cidade contemporânea. Não desejamos diminuir a cidade de Miami enquanto importante traço de um sem-número de tensões que exemplificam bem as questões mais importantes para a tomada da cidade como cosmo político contemporâneo. Na matéria do jornal em questão, contudo, é a glorificação de um sentido de progresso que está em questão. Comumente representada como mais latina cidade estadunidense, Miami parece ser descrita como a mais bem-sucedida cidade brasileira, imagem que ganharia muita força notadamente a partir dos movimentos de rua de 2013 (o ano da reportagem não parece ser um mero acaso). Complexidade cultural, riqueza e gestão mista (Estado e mercado) funcionam como razões fundamentais para tal compreensão, descartando, para tanto, as cada vez mais complexas camuflagens das tensões sociais estruturantes de cidades complexas, tais como a própria Miami – uma encruzilhada de razões culturais e políticas de segregação que produzem como americanos “menores” o estrato latino da população.

Não por acaso, os investimentos giram em torno da produção de uma sofisticada mercadoria cultural que tem o turismo global como mais destacado dispositivo, tal como podemos observar em mais um trecho da reportagem:

A empresária Ivana Bezerra de Menezes representa essa nova geração. Filha de Ivan Bezerra de Menezes (dono da Têxtil Bezerra de Menezes, uma das maiores companhias da América Latina), ela migrou para a indústria do turismo. O grupo investiu cerca de R\$ 10 milhões na construção do Hotel Sonata de Iracema. “Esse era um desejo do meu pai, que realizei. O hotel completou 8 anos e vamos investir em outros dois, que devem entrar em operação até 2016”, adianta.

Nesse caso específico, outro elemento paradigmático nos é apresentado: a passagem da produção de divisas a partir da industrialização – e do poder político vinculado à complexa tradução do senhor de engenho colonial em usineiro “republicano” – para o reconhecimento do mercado do turismo global como objeto estratégico para a cidade contemporânea. A mercadoria em questão é o próprio objeto da pesquisa-exposição: o Nordeste Emergente. A conversão do interesse na produção industrial em desenvolvimento cultural é, ainda, pautada na mudança de gerações: a filha que supera o pai a partir da gestão de uma mercadoria mais complexa e promissora que a oferecida pela indústria têxtil.

A seleção por negação estrutura o projeto, que obviamente exclui da ideia de emergência a superação da razão indolente que pauta a urgência do conceito (SANTOS, 2010). Nenhuma emergência é efetivamente apresentada, de modo que as tensões, as políticas de segregação urbana, a violência contemporânea e seus diversos males são, todos eles, elementos excluídos dessa “representação de ruptura” produzida pelo trabalho em questão.

Superar os males que estão estruturalmente ligados ao conceito de Nordeste, segundo a perspectiva do projeto, seria pautar uma outra imagem de região, tomando a disposição para o desenvolvimento como mais importante indicador. O conjunto de fotografias produzido por duplas de fotógrafos em cada um dos estados da região deveria traduzir uma paisagem política diferente daquela projetada como traço identitário regular para os nove estados brasileiros em questão. A alternativa a uma tradição de pobreza e aridez, contudo, efetivamente se daria a partir de uma leitura bem específica de desenvolvimento que, não por acaso, tinha na verticalização das principais cidades e na monumentalização do progresso econômico seus mais destacados ícones gráficos. Nordestes emergentes – em o “abissal” desacordo com a noção de emergência em Boaventura de Sousa Santos – são, portanto, um renovado produto de um novo milagre brasileiro: crescimento econômico entendido como desenvolvimento cultural.

Nesse estágio, não parece difícil compreender os sentidos de cidade atribuídos pelas políticas de Estado no início do século XXI. Apresentar um conjunto de edifícios de luxo como eixo em prol de uma virada no planejamento urbano para a cidade do novo século não nos deve causar estranhamentos. Discutir esse movimento a partir de iniciativas que se apresentaram como políticas de cultura para a cidade do Recife no início do século XXI é, assim, principal objetivo deste trabalho. O exercício adiante se dividirá em três novas partes: a) a compreensão política da ambivalência da cultura como recurso, seção onde pretendemos desenvolver a dupla face da cultura enquanto dispositivo político contemporâneo; b) a gentrificação como linguagem de produção de cidade e sua tradução em Recife nos anos 1990 e 2000; e c) as políticas de cultura na cidade do Recife no século XXI como traço de um mercado cultural que tem a cidade como principal objeto.

## **A cultura como recurso**

“O patrimônio compensa”. Parece ser essa a máxima de dupla face que orienta as políticas de Estado para gestão urbana de grandes cidades a partir dos anos 1970. Esse empreendimento traduz movimentos que se produziram notadamente no pós-1945 para darem conta de uma série de compensações pela guerra extremamente violenta que o mundo ocidental tinha conhecido nos anos anteriores. O desenvolvimento de novas políticas e de fortes ajustes econômicos transformou planos/modelos de gestão política em normativas para um mundo que, de um lado, deveria evitar, a qualquer custo, um novo evento de efeitos catastróficos como uma guerra mundial sem que, de outro lado, a população esquecesse os maiores horrores da experiência contemporânea da guerra: as mortes, o campo de concentração, o Holocausto (HUYSSSEN, 2000; AGAMBEN, 2002, 2004). Essas políticas de gestão (política e econômica) deveriam ser acompanhadas por um novo projeto de Estado-Nação pretensamente forte em suas economias, como seus antecessores, e, ao mesmo tempo, disposto para lidar com o diferente como problema político contemporâneo fundamental. A emergência das políticas de reconhecimento está diretamente ligada a esse desafio. Esse exercício somente foi possível porque aquilo que pretendeu ser o nascimento de um novo paradigma político seria traduzido por forte convergência ao campo da cultura.

Nesse cenário, os equipamentos culturais ocupariam lugar de destaque para realização de uma tripla tarefa. Em primeiro lugar, seriam o mais destacado recurso discursivo para uma inclusão administrada do diferente. O desenvolvimento de novas tipologias de museus que, por um lado, seriam apresentadas como importante solução política para uma instituição em progressivo desgaste produziu, por outro lado, importante sofisticação das retóricas de inclusão dos novos Estados-Nação, todos mobilizados pelo desafio de uma “nova política”, construção de zonas de reconhecimento da diferença cultural e a realização material de uma fala para/do subalterno, indicando um sorridente “sim” como resposta à questão-problema de Spivak (2010). A cultura demonstrou ser, dessa maneira, importante recurso para um novo modelo de gestão urbana, tendo, como fundamento, o imperativo da inclusão do outro.

Em segundo lugar, os equipamentos culturais traduzem a cultura como recurso à medida que compreendemos a noção de recurso enquanto dispositivo de gestão estatal. Como política de governo, o elemento cultural precisaria ser materializado em aparelhos que transformassem a indisposição para lidar com o Outro em memoriais, centros culturais, monumentos dedicados à memória de um tempo que não deveria ser esquecida. Como Huyssen (2014) destacou, a emergência de uma cultura do passado-



presente está intimamente ligada a uma força disciplinar que ordena funcionamentos políticos a partir da gestão de memória e arquivos do social. O resultado desse empreendimento é diverso. O destaque que nos interessa, aqui, é uma tomada instrumental da cultura pelo dispositivo político-institucional.

Por fim, em terceiro lugar, os usos políticos dos novos aparelhos culturais do pós-guerra reforçam a cultura enquanto importante mercadoria, objeto de interesse de mercados que estenderam à cultura seus campos de atuação, fazendo de chavões, como “economia cultural” ou “desenvolvimento cultural”, elementos presentes nos discursos de políticos ou empresários, todos “comprometidos” com o recurso à cultura como paradigma para administração do Estado e para a boa gestão dos mercados. Esse movimento torna possível a conclusão de que “... [n]a nova fase do crescimento econômico, a economia cultural, também é uma economia política” (YÚDICE, 2004, p.35).

A complexa junção entre uma tomada político-institucional da cultura – cultura como problema de Estado/governo – e uma inevitável economia da cultura – entendendo a noção de economia, nesse estágio, em um sentido estrito – produz o jargão presente em dez entre dez relatórios institucionais elaborados por equipes representantes dos gestores de aparelhos de cultura – museus, centros culturais, cinemas, parques temáticos, galerias, memoriais etc. –: a economia criativa.

Produto de políticas multiculturais e do uso instrumental da cultura, a economia criativa atende um sem-número de editais e é a pauta do dia dos aparelhos de cultura que se mantêm a partir de linhas de financiamento do Estado ou de instituições privadas que investem em cultura como recurso para ampliação de mercados ou isenção fiscal. Nesse cenário, não é difícil observar a interdependência entre as lógicas de gentrificação (LEITE, 2007) – projetos de “requalificação” urbana intensamente ligados a um tipo sofisticado de exclusão – e uma economia criativa como principal expoente capitalista do mundo contemporâneo.

Se Yúdice destaca essa característica para demonstrar de que maneiras a cultura deveria ser mobilizada como conteúdo para uma sociedade em rede, nós podemos afirmar, além disso, que o principal produto desse empreendimento é uma noção de cidadania fortemente vinculada às políticas de acesso (via) cultural tão recorrentes nos produtos adjetivados com a alcunha de multiculturais (HALL, 2003). A simbiose contemporânea entre cultura, política e economia produziu a cidade como mais

sofisticado equipamento cultural e, por isso, também seu principal palco para as organizações de resistência.

A tríade foucaultiana (2008) de segurança, território e população, nesse contexto, descreve bem os desafios postulados para o nosso tempo: entender os mecanismos que, a partir da gestão política da cultura (segurança), estabilizam o espírito urbano (população) e se materializam nas comunidades a partir do nascimento dos direitos culturais (território).

Nesse cenário, até mesmo os discursos de resistência, tais como os dos Movimentos Sociais ou mesmo daqueles projetados como Novíssimos Movimentos Sociais – recorrentemente ligados aos recentes levantes globais contra formas específicas do capitalismo – incorrem no risco permanente de um tipo sofisticado de “adesionismo” político bem constituído, por excelência, em instituições tais como o museu.

É o que ocorre, a título de exemplo, com o Movimento dos Sem Terra (MST), transformado em objeto na exposição de longa duração do Museu do Homem do Nordeste, em Recife. Nesse caso específico, o movimento é apresentado a partir de tomada estética que o interdita completamente enquanto movimento, registrando-o apenas como objeto museal despido de sua agenda política. No mesmo museu, o charme crítico – mas apenas isso – também está presente em uma lápide cujo texto inscrito é maravilhosamente ambíguo: “Aqui jaz nosso protesto contra todas as arbitrariedades da história!”. Não é o caso, neste trabalho, de investigar o campo semântico do verbo “jazer”, mas sua compreensão mais corriqueira já é suficiente para crítica que também não cabe aqui. Jazer é descansar em paz. A lápide gostaria de dizer que descansam em paz ali todos os protestos contra as arbitrariedades a história? Provavelmente não, mas essa passagem bem sugere o recurso da cultura como produto que deve dar retornos políticos e econômicos para o social, sem os quais, por certo, sequer precisa ser considerada cultura.

Se esse movimento de tomada política de uma economia da cultura pode ser observado como programa de Estado fundamentalmente na experiência do pós-guerra – ainda que no Brasil, possivelmente, esse recuo remonte aos anos 1930, quando da criação do SPHAN e do grande esforço para a consolidação de um panorama de identidade nacional –, é bem nítido que ele ganha cifras intensamente novas com a queda do Muro de Berlim, em 1989. As políticas para o registro e a grande ampliação

do número de patrimônios materiais mundiais são paradigmáticas para essa compreensão.

É bem sabido o quanto o dispositivo patrimonial serviu à consolidação das políticas de afirmação do poder do Estado (LEITE, 2007; YÚDICE & MILLER, 2004; PEIXOTO, 2009) e o caso brasileiro demonstra esse movimento com grande clareza no recorte citado acima. A criação da UNESCO (braço cultural da ONU) e do ICOM (Conselho Internacional de Museus) sinaliza importante movimento para uma nova burocratização do patrimônio, circunscrevendo-o economicamente e convertendo-o em objeto de central interesse aos Estados do G7. A grande expansão do mercado do turismo cultural está intimamente relacionada a esse movimento. Basta observar, segundo dados da própria UNESCO, que o número de cidades patrimônio-mundial na Europa sobe de 66 em 1995 para 133 em 2008, ou 55,7% do total. No mesmo período, na América do Sul, Central e Caribe, às 19 cidades em 1995 juntaram-se apenas outras 10, ou 12,1% do total (PEIXOTO, 2010).

Produzir patrimônios mundiais passou a significar estimular o mercado do turismo global. Ainda com dados de Peixoto, é possível observar que a Itália, em 1990, possuía 6 bens inscritos na lista do patrimônio mundial. Em 2008, esse número é de 43 bens, o que levou aquele país a sair de 18º colocado na lista em 1990 para 1º em 2008, garantindo-lhe a 5ª colocação na hierarquia dos destinos turísticos globais. No mesmo período, a China passou de 7 a 37 o número de patrimônios na lista e isso representou elemento significativo no salto de 12º para 4º na hierarquia dos destinos turísticos. A Índia, por sua vez, ocupava a 1ª colocação na lista de patrimônios mundiais em 1990, com 19 bens registrados. Em 2008, esse número subiu apenas para 27, e o país passou a ocupar a 7ª colocação na lista. O Brasil, entre 2001 e 2008, não registrou nenhum novo bem na lista, passando de 7 em 1990 a 17 em 2008, o que lhe rendeu apenas a 41ª colocação na hierarquia dos destinos turísticos globais. Basta observar que a França recebeu 81,9 milhões de turistas em 2008, enquanto, no mesmo ano, o Brasil recebeu 5 milhões.

Este fato permite-nos afirmar que não nos encontramos apenas perante uma corrida ao estatuto de patrimônio mundial (...). Encontramo-nos, na verdade, perante uma corrida que se intensificou fortemente à medida que as cidades dos países que dispõem de conjuntos patrimoniais mais valiosos ou mais valorizados pela indústria turística, animadas pela retórica da concorrência e pela densificação dos fluxos turísticos, se

empenharam profundamente na transformação de sua identidade simbólica (PEIXOTO, 2009, p.10).

Desprezar a gestão do patrimônio como traço de uma economia global é, para as cidades que pretenderam atingir patamares significativos de crescimento econômico, impossível. Nesse sentido, é absolutamente plausível que todo o discurso sobre cultura e turismo das gestões institucionais dessas cidades assuma como elemento estrutural uma narrativa do *marketing* do turismo cultural urbano, tendo no patrimônio uma mercadoria que precisa ser valorizada e não exatamente preservada.

Os números de 2017 da UNESCO referentes a registros de patrimônio cultural e natural por regiões do globo são bem emblemáticos dessa conclusão. Segundo eles, a Europa e América do Norte – com um total de 50 países inscritos – detêm 498 bens registrados (culturais ou naturais), o que representa 47% do total de registros. Os 18 países árabes na lista detêm apenas 8% do total de bens (81 registros). Toda a Ásia e Oceania possuem 246 registros, ou 23% do total, com 36 países inscritos. A América Latina coube 13% do total, com 137 registros e 28 países na lista. Os percentuais se mantêm basicamente os mesmos nos últimos 7 anos, mesmo considerando que a China tenha investido grandes montantes em novos registros. Ainda segundo esses dados, dos 193 membros da ONU, 28 países não têm qualquer registro na lista dos patrimônios mundiais. Os demais 165 membros possuem um total de 1052 bens registrados, dos quais 249 (23,6%) estão em países do G8. Portanto, 8 países administram quase um quarto dos bens culturais/naturais registrados como patrimônios mundiais. Os indicadores sugerem o poder econômico fortemente vinculado ao registro de bens culturais que, por sua vez, exercem importante função nas gestões das grandes cidades dos principais países do globo.

A discussão fica ainda mais interessante quando levamos em consideração os registros de patrimônios mundiais imateriais, categoria posteriormente criada para dar conta de uma política de registros que, ora reforçaria o caráter étnico dos bens, ora atingira países ou regiões que não estariam “habilitados” à primeira categoria de registro. A tese do patrimônio como compensação ganha força quando quatro dos oito países membros do G8 sequer são signatários da convenção de 2003, quando 127 países assinaram a lista. Entre os registros, França (5), Itália (2) e Rússia (2) apresentam números desprezíveis diante de suas listas de patrimônios mundiais materiais. Na lista de intangíveis, Ásia e Oceania detêm 44,4% dos registros, enquanto Europa e América do Norte, apenas 12,9%. “As maiores potências mundiais ocidentais, aparentemente,

não têm interesse na preservação de tradições orais, práticas, representações, expressões e conhecimentos diversos (PEIXOTO, 2009, p.18), o que, novamente, sugere um uso político-econômico da cultura enquanto importante recurso para produzir experiência de vida e consumo coletivos em grandes cidades globais, tendo o mercado do turismo global como mais importante parâmetro. Nesse estágio, retornamos à máxima que abre esta seção: o patrimônio compensa. Ele fica ainda mais complexo quando cruzado pelas políticas de “requalificação” urbana numa cidade como Recife durante os anos 1990 e, fundamentalmente, a partir dos anos 2000, objeto de nosso interesse na seção que segue.

### **A gentrificação como dispositivo de produção de cidade**

A história do adensamento populacional naquelas que viriam a ser as grandes cidades brasileiras é, basicamente, uma história do século XX. Até 1872, apenas 5,9% da população vivia nas cidades. Em 1900, na virada de século, esse percentual era de 9,4 (SANTOS, 2013, p.22). Em 2010, esse número já era de 84,3%. Estima-se que, em 2017, estejamos próximos dos 90% de população urbana no Brasil. Esses dados facilitam algumas conclusões.

A primeira delas é a de que a história da urbanização brasileira está fortemente ligada à tradição colonial. Milton Santos (2013) entende esse traço como indicativo de um país gerido por hábitos agrários, que efetivamente só superou a herança da tradição agrícola com a experiência da vida urbana do século XX. Se, poucos concentrados na produção agrícola – extremamente relevante ainda em nossos dias –, deslocamos o foco de observação para o léxico do colonial, podemos inferir uma formação das grandes cidades brasileiras intensamente pautada no traço da experiência política colonial em complexa atualização, traduzida nos dispositivos de segregação urbana ao longo do século XX e início do XXI.

A cronologia de Teresa Caldeira (2000) para tais dispositivos é um forte indicativo disso. Segundo a antropóloga, entre 1890 e 1940, a urbanização da cidade de São Paulo descreve lugares compartilhados por moradias de populações de baixa renda e de grupos de elite. Entre 1940 e 1980, essa característica foi sendo radicalmente transformada por uma forte periferação das moradias populares, o que marcou geograficamente uma óbvia cisão entre zonas ricas e pobres das grandes cidades – São Paulo, no caso da análise de Caldeira. Por fim, entre 1980 e 2000, segundo a mesma divisão, observamos o nascimento dos enclaves fortificados como novo paradigma

urbano para a maior cidade do país, modelo facilmente visualizável em cidades como Rio de Janeiro, Salvador ou Recife.

Nos três recortes em questão, as políticas de segregação urbana foram sendo sofisticadas por uma narrativa do crime como razão, ao menos imaginária, fundamental para a apartação das populações e progressiva elaboração de políticas agressivas de segurança que visavam garantir a distinção entre as elites e as classes baixas nas grandes cidades. O argumento de Caldeira é de que o crime é a razão formal para uma complexa política de distinção que não estaria simplesmente traduzida no letramento, mas no acesso ao consumo de bens específicos às classes.

Dessa forma, a tradução para o meio urbano elaborada por Freyre do protótipo da sociedade brasileira – o par simbiótico estruturante da Casa Grande e Senzala convertido nos citadinos Sobrados e Mocambos – pautava um modelo de urbanização que não pode ser simplesmente resumido pela influência da cultura agrícola. Bem além disso, podemos observar ao longo do século XX um grande esforço para consolidar um projeto colonial de sociedade, até então irrelevante para o empreendimento de urbanização – como afirmamos, restrito, no Brasil, basicamente ao século XX –, que tinha a conservação da simbiose entre senhores e escravos como motor das novas experiências urbanas.

Já em 1902 é possível visualizar tal empreendimento já no discurso de posse do presidente Rodrigues Alves, quando afirmou que seu simples plano de governo estava quase que absolutamente restrito à reestruturação da zona portuária do Rio de Janeiro e ao saneamento daquela cidade, bem como aos eventos que se seguiram à realização política de tal empreendimento, descritos paradigmaticamente como a Revolta da Vacina (1904). Nesse contexto, a lei da vacinação antivariólica obrigatória é apenas um elemento parcial – não pouco importante, haja vista que descreve a gestão da vida pelo Estado, uma peça brilhante da biopolítica como dispositivo urbanizante – do grande empreendimento de “requalificação” e “reabilitação” de espaços na capital da República, que visavam, fundamentalmente: a) adequar à cidade à lógica da eficiência mercantil que caracterizaria os governos paulistas na primeira experiência republicana; b) levar a cabo um complexo empreendimento higienista, seguindo o modelo haussmaniano, responsável por intensa periferização e formação das grandes favelas da cidade, não por acaso habitadas majoritariamente por população negra, advinda da mal (ou seria melhor “não”) finalizada sociedade colonial escravista.

Na divisão cronológica de Caldeira, a passagem do século XIX ao XX marca exatamente os primeiros esforços para a construção de marcos regulatórios urbanos, dispositivos suficientes para converter uma ocupação quase espontânea dos espaços em lugares políticos estratégicos que precisavam ser objeto de “gestão cuidadosa” desde então. Não por acaso, a distribuição das populações na região de centro de São Paulo passa a obedecer a um empreendimento de verticalização e de sua exclusividade aos grupos de elite.

Em Recife, as gestões interventoras do Estado Novo, tanto no governo estadual quanto municipal, reforçam o mesmo objetivo, com destaque para a criação da Liga Social Contra os Mocambos, organização apoiada pelos governos de Agamenon Magalhães (no estado) e Novais Filho (na prefeitura), comprometida com a “reabilitação” de espaços da cidade, que possuía, em 1942, mocambos como 66% de suas edificações (PONTUAL, 2001). Que espaços precisavam ser reabilitados? Como é possível investir em um planejamento urbano que considera dois terços de edificações na cidade como zonas de degradação? “A prática da reabilitação urbana é uma prática ideológica” (PEIXOTO, 2009, p.49). Essa conclusão faz ser ainda mais complexa a cronologia de Caldeira quando tomamos como referências as soluções políticas para continuidade do processo no início do século XXI.

Se, nas duas últimas décadas do século XX, a mancha de ocupação das zonas ampliadas de centro da cidade significou a produção do enclave fortificado (edifício de luxo, protegido da violência urbana) como linguagem urbana, já parece claro que ele é insuficiente para compreender um empreendimento de desenvolvimento cultural que confunde zonas inteiras da cidade com a noção de enclaves.

A gentrificação produz a cidade como enclave. No contexto de sua realização – processo de, ao menos, duas etapas paradigmáticas –, as políticas de isolamento populacional se confundem com a própria cidade, fazendo do dispositivo patrimonial o principal recurso, como já visualizado nos anos 1930 e 1940, mas potencializado por uma empresa cultural, cuja mercadoria, observamos na seção anterior, é extremamente lucrativa e politicamente eficiente. Essa compreensão é o importante ponto de partida para a leitura a respeito da atuação do programa *Monumenta* para a “revitalização” de centros históricos de grandes cidades brasileiras na primeira década do século XXI.

O programa foi uma iniciativa do Ministério da Cultura com financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que visava recuperar centros históricos de algumas das principais cidades brasileiras – atuando em 25 cidades. O

IPHAN seria a instituição responsável pela regulação técnica do processo, produzindo pareceres para o que devia, ou não, ser objeto das políticas de requalificação. Isso já parece ser suficientemente complexo, como podemos observar na crítica ao conceito em Paulo Peixoto:

A extensa normatividade que tem suscitado o uso intenso do termo nas operações de intervenção urbana e, sobretudo, a filosofia patrimonial que a anima, conferem à reabilitação um sentido que a liga intimamente à nostalgia de sociabilidades de tempos e de espaços perdidos. Ao mesmo tempo, apoiada na ideia de requalificação urbana, ela parece transportar e fazer-se transportar por inusitado desejo de transformação da realidade no sentido de configurar um futuro promissor. Balançando entre a paixão pelo passado, o desencanto pelo presente e a confiança no futuro, a reabilitação e a requalificação urbanas têm estado sujeitas a contingências que as colocam entre ensejos de um preservacionismo rígido e ambições de execução de uma política de tábua rasa (2009, p.49).

O caso recifense é, contudo, ainda mais paradigmático, haja vista o conjunto de intervenções às quais tinha sido submetido o Bairro do Recife na virada do século XIX para o XX. O seminal trabalho de Rogério Proença Leite (2007) já apresenta com grande riqueza documental um volume considerável de dados para analisar a questão. Desse conjunto, precisamos destacar alguns elementos.

O primeiro deles diz respeito ao processo de tombamento do Bairro do Recife, concluído em 1998, e que tinha como pauta central a adequação da cidade ao programa financiado pelo BID. Naquela ocasião, o principal imbróglio em questão residia no fato de o bairro não guardar características de uma arquitetura primitiva – seguindo o modelo Ouro Preto, referência técnica para o IPHAN –, nem exatamente traduzir o modernismo arquitetônico brasileiro. Ao contrário disso, representava o ecletismo que estava fora dos programas de preservação das instituições de regulação. O texto técnico que defende o tombamento, nesse aspecto, é uma pérola das políticas de gestão eficiente e dos empreendimentos de desenvolvimento cultural.

Segundo ele, o tombamento do bairro – e não apenas da Igreja Madre de Deus, único edifício do bairro enquadrado nas normativas do IPHAN – se justificaria pela excelência estética produzida pela descaracterização dos anos 1910, construindo a reunião de estilos mistos e relicários como linguagem que bem traduz a diversidade cultural da cidade do Recife. A peça nos informa, então, que a descaracterização é por excelência a política de produção de sentido para o lugar e que exatamente essa é a



razão de seu tombamento. Ora, há aí uma aporia evidente, um contrassenso lógico por cima do qual é difícil passar. Qual o sentido do tombamento daquilo que complexamente poderíamos chamar de uma estética dos fluxos urbanos? Não seria o tombamento um direto desacordo com a principal “característica” destacada para o bairro, a saber, a própria disposição para se fazer enquanto palimpsesto?

Como observamos no trecho de Peixoto, acima transcrito, o desenvolvimento cultural produz não somente uma disposição para o futuro, mas, no caso específico da cidade de Recife, é nítido o entendimento de que a perspectiva de financiamento do BID, por meio do programa *Monumenta*, funcionou como linguagem para estabilização de um passado compreendido como conveniente recurso político para complexas estratégias contemporâneas de segregação urbana. Trata-se daquilo que, ainda na seção anterior, chamamos, como o fez Huyssen (2014), de culturas do passado presente.

No caso específico da atuação do projeto do Ministério da Cultura na cidade de Recife, devemos observar que ele procurava dar conta da gestão político-cultural de cerca de 800 edificações, onde habitavam pouco mais de 500 moradores. Segundo dados de relatórios do próprio *Monumenta*, até 2008, cerca de 9,4 milhões seriam investidos na recuperação de imóveis – 1,5 milhões para edifícios privados. Ainda que um discurso geral do projeto tenha seu foco na integração entre as edificações e o que se convém chamar de reabilitação urbana, fica nítido que o conjunto de intervenções estava intensamente voltado para o estímulo de uma atividade comercial específica bem como ao incentivo para a criação de um novo perfil de visitante do bairro, pautado em um conjunto de equipamentos de cultura e entretenimento: livrarias, cafés, *shopping*, artesanatos, museus, cinemas e teatro. Todos esses equipamentos, não por acaso, ficariam – e efetivamente ficam – concentrados no cone sul do istmo, zona radicalmente oposta àquela onde se concentra quase a totalidade de moradores do bairro, a saber, a comunidade do Pilar, ainda mais invisível desde os empreendimentos de gentrificação do final da década de 1990 e dos projetos para a área no início do século XXI.

Os relatórios bem como os discursos de gestão apontam a comunidade do Pilar como objeto de um tipo diferente de interesse, fazendo daquela região produto de programas de “retomada” de desenvolvimento, como o PAC. O relatório fala em Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social como aquele que efetivamente seria responsável por atuações na comunidade, o que chama atenção pelo dado implícito do não envolvimento do *Monumenta* com a ideia de que a cidade seria construída por empreendimentos de inclusão que, estes sim, justificariam projetos de

requalificação/reabilitação. O dado é que a comunidade recebeu a construção de um conjunto habitacional que serviu apenas à metade da população local, aprofundando dispositivos de diferenciação social, haja vista que novos conflitos surgiram entre moradores das zonas de mocambos e residentes nos cortiços construídos pela gestão municipal (LIMA, 2017). Até 2017, a Igreja do Pilar, uma das mais antigas da cidade, permanece fechada, com seus acessos lacrados por alvenaria.

À paisagem urbana destacada pelo *Monumenta* caberia quase exclusivamente uma noção de documento – a qual, no caso de Recife, nem é exatamente verdadeiro – que produz a cidade reabilitada basicamente como paisagem postal, condição fundamental para alinhar a cidade numa corrida por bons lugares do mercado do turismo global e suas divisas. Mas não somente. A segunda face do empreendimento de gentrificação é aquela que diz respeito, na capital pernambucana, às políticas de expansão do produto requalificado além dos limites do bairro, inclusive com novos projetos habitacionais. É o que basicamente descreve o Projeto Novo Recife.

O ponto de partida do projeto é a imperativa necessidade de intervenção no que o próprio texto chama de “uma das regiões mais degradadas da cidade”<sup>4</sup>. Parte-se do princípio de que degradação – fenômeno muito recorrente com o conceito de gentrificação – é um termo dado e que todos compreendem bem do que se trata. O que faz dos bairros de Santo Antônio e São José regiões degradadas da cidade? Há um já consolidado volume de estudos a respeito do decréscimo populacional na região, que se converteu nos últimos quarenta anos em basicamente espaços compartilhados para comércio e burocracia municipal. A zona de comércio popular, contudo, traduz intensa vitalidade na região, o que faz o léxico da reabilitação parecer, no mínimo, cínico.

Segundo o projeto, a construção de 1042 unidades habitacionais, um polo cultural (junto ao Forte das Cinco Pontas), uma praça gigante – que, aliás, separa a zona comercial da região dos edifícios – e um polo de turismo e esportes, localizado ao lado da já existente marina da região, seriam argumentos suficientes para reposicionar o debate sobre ocupação na região, “devolvendo” ao lugar uma atividade que ele não tem. Além disso, o projeto se conecta ao desenvolvimento de um novo polo hoteleiro para a região, que prevê a instalação de mais de 600 leitos com a construção de novos hotéis conectados ao novo terminal náutico de passageiros. Ainda segundo dados do próprio *site* do projeto, o esboço final das construções respeita a linha do horizonte da cidade e

---

<sup>4</sup> <http://www.novorecife.com.br/o-projeto>

da paisagem da região<sup>5</sup>, mas, ainda assim, prevê o repasse de montante suficiente para a construção de 200 habitações populares como “recursos de mitigação” para a gestão municipal, destinado a construções num raio de 300 metros das torres do projeto. Por que mitigação se o projeto só traria benfeitorias?

Desde o leilão do terreno em 2008, citado ainda no início deste texto, uma série de irregularidades foram anotadas. São problemas que vão desde a fraude de dados referentes ao saneamento das edificações e da capacidade de tratamento de esgoto da unidade do Cabanga – a mais próxima da região –, até a ilegitimidade do próprio leilão bem como a gestão financeira dos grupos envolvidos para a formação do Consórcio Novo Recife, formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.

A despeito de todas elas, o que desejamos destacar é o movimento de intervenção urbana, sustentado pelo discurso desenvolvimentista da requalificação, produzindo, novamente, na história da cidade, complexas políticas de segregação. Nesse caso específico, não se trata da construção de fortificados enclaves individuais, haja vista que os edifícios não devem reproduzir o padrão de altos muros e sofisticados sistemas de vigilância tão característicos da região de Boa Viagem – seguindo o modelo descrito por Caldeira na cidade de São Paulo. O projeto prevê unidades comerciais nos andares térreos, voltadas para cafés, um centro gastronômico e equipamentos culturais.

Toda a região gentrificada converte-se, ela mesma, em enclave fortificado, tendo o aparelho policial do Estado como dispositivo de produção de segurança e isolamento das populações mais pobres da cidade. O Novo Recife, tal qual o Recife de sua moderna urbanização, não é um projeto de cidade para toda sua população, como já era fácil observar desde as intervenções da década de 1940. Pelo contrário, direcionou suas políticas de modernização e desenvolvimento, mobilizando um recorrente discurso da tradição, para aprofundamento dos deslocamentos populacionais e reforço das políticas de segregação. O paradigmático elemento em questão, objeto deste trabalho, contudo, é o recurso das políticas de cultura como sofisticado dispositivo para tanto, discussão que mobilizamos na quarta e última seção deste texto.

## **Cultura política e políticas culturais para a cidade**

---

<sup>5</sup> Uma leitura rápida das primeiras páginas da tese de doutoramento de Lúcia Veras (2014), *Paisagens Postais*, é já suficiente para tecnicamente observar a fragilidade da apresentação.

A relação entre Estado e cultura no Brasil, está claro, não é algo novo. Ela remete, como se pode verificar no próprio projeto de Estado moderno, a uma conexão estruturante que versa sobre o complexo cruzamento entre três dimensões essenciais para a construção da sociedade moderna.

Em primeiro lugar, a imperativa transição de uma esfera pública mobilizada pela corte para uma dimensão de vida pública que deveria ser habilitada por um espírito cultural, uma narrativa ficcional que desse corpo a um projeto de vida e consumo coletivos radicalmente diferente: a nação. O clássico trabalho de Anderson (2008) e mesmo os diversos questionamentos possíveis a ele (CHATTERJEE, 2008; BHABHA, 2010) sugerem a ideia de nação como um esforço para emular um pertencimento nacional pré-moderno em uma estrutura de vida coletiva em que, fundamentalmente, as pessoas investem numa experiência compartilhada sem efetivamente se conhecerem. A nação como narrativa habilita o Estado moderno à medida que dá à poderosa estrutura burocrática o corpo público que a família real não mais pode fazê-lo.

Em segundo lugar, é a própria estrutura burocrática condição fundamental para a constituição de uma experiência moderna de Estado e não é necessário voltar aos clássicos para descrever esses processos. Nos interessa apenas ratificar que a burocracia regula a gestão como dispositivo social fundamental. Cruzado pelo elemento cultural, burocracia e nação habilitam um modelo de sociedade, regulando-o com leis e políticas que são, obviamente, revistas de acordo com as tensões da vida pública e os usos desiguais dos poderes.

Por fim, em terceiro lugar, o complexo cruzamento entre Estado e cultura ainda mobiliza politicamente uma dimensão biológica da vida, fazendo de uma condição “rasa” do ser vivente uma implicação, necessariamente, política e cultural. Nascer na comunidade imaginada, portanto, é “ser” culturalmente no Estado e, por isso, habilitar direitos vinculados a uma estrutura burocrática. Não há, portanto, qualquer Estado moderno sem políticas para gestão de vida e consumo coletivos na e para a cultura.

Isso não significa dizer que são claros e bem colocados os dispositivos de administração da vida pública pela cultura bem como que isso sempre esteve traduzido em regulações e controles sobre bens culturais, materialidades da maquinaria patrimonial. Num país como o Brasil, as políticas de Estado para a cultura descrevem uma linha do tempo sinuosa e obscura, vivendo sua fase de efetiva profissionalização apenas entre os anos 1980 e 2010. “O menosprezo e a perseguição das culturas indígenas e africanas; a proibição de instalação de imprensas; o controle da circulação

de livros; a inexistência de ensino superior e universidades...” (RUBIM, 2008, p.52) são traduções evidentes, ao mesmo tempo, de um comportamento estratégico do Estado que flertou com estruturas modernas de funcionamento sem prescindir dos poderes pré-modernos, e de um obscurantismo que, ainda segundo Rubim, marca como ausência a condução do Estado colonial brasileiro sobre políticas de cultura até o fim do século XIX. Não por acaso, as políticas de gestão cultural acompanham, cronologicamente, a história da urbanização brasileira. O próprio Rubim resume esse traço comportamental do Estado em relação ao desenvolvimento de políticas culturais:

A República também continuou a tradição de ausência do Império. As esporádicas ações na área de patrimônio igualmente não podem ser vistas como uma nova atitude do Estado no campo cultural. Do mesmo modo, um momento privilegiado do desenvolvimento da cultura no Brasil, acontecido entre os anos “democráticos” de 1945 a 1964, não foi caracterizado por uma maior intervenção do Estado na área da cultura. O uso em 1953 da expressão cultura para designar secundariamente um ministério, Educação e Cultura, e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), além de outras medidas menores, não sugerem nenhuma mutação essencial a esta persistente ausência de políticas culturais no Brasil (2008, p.53).

Esse obscurantismo permanece como linguagem política do Estado no Brasil, fundamentalmente, até os mandatos de Fernando Henrique Cardoso – e o ministro da cultura Francisco Weffort. Exceto por investimentos esporádicos durante regimes autoritários, como bem pode ser visualizado no final da década de 1930 e durante os anos 1970, a profissionalização de um dispositivo de gestão cultural está intimamente ligada à complexa conexão entre Estado e mercado. É o que podemos observar com as leis do Audiovisual e Rouanet, durante o governo FHC, haja vista que ambas representam, formalmente, o financiamento cultural privado como traço do comportamento estatal sobre a cultura.

Os críticos, por um lado, caracterizam esse movimento como virada precária da gestão de cultura no Brasil. Comparando com movimentos similares em outros países de economia potente no globo, contudo, podemos afirmar que uma agenda política brasileira vive sua primeira fase de privatização – e não exatamente precarização – durante o governo FHC, quando se pauta de forma evidente um conjunto de políticas de compensação pela cultura como técnicas de gestão pública. Nesse caso específico, as empresas eram estimuladas a converter divisas fiscais em produtos culturais, num movimento cuja noção de compensação era voltada à iniciativa empresarial. Era a ela

que compensava transferir gastos para a cultura, pois o retorno publicitário traduzia-se sem grande dificuldade em novas divisas. Assim, as empresas podiam transformar tributos em investimento em si mesmas a partir de sofisticado dispositivo que tinha como única contraparte governamental a elaboração de um produto cultural. O mercado assumia uma parte do papel do Estado nas seleções e elaborações dos projetos que deveriam ser apoiados e realizados. A política em questão é um marco paradigmático para uma compreensão da cultura como recurso no Brasil, mas não era uma novidade no contexto do debate internacional sobre cultura, como pode ser observado em trabalhos seminiais de Huyssen (2000, 2014), Yúdice (2004) ou Miller e Yúdice (2004).

Afirmamos que a privatização não implicaria precarização não para defender o primeiro processo de ser acusado do segundo. Entendemos que o movimento em questão produziu ainda mais complexidade para as políticas de gestão de cultura no Brasil, mobilizando um conjunto grande de investimentos e ratificando o mercado como fio de Ariadne para a questão cultural brasileira. O resultado de tais políticas é um emaranhado de grandes debates possíveis, que vão desde dispositivos multiculturalistas para regular discussões sobre uma nova gestão para o “popular” – o que não está restrito ao caso brasileiro, como é possível observar em Hall (2003) –, até as políticas de segregação urbana sob a forma complexa da gentrificação, revitalização, reabilitação etc.

Em Recife, por exemplo, desde 1994, a lei municipal 15.906 regula a gestão de equipamentos públicos urbanos por pessoas jurídicas. Trata-se basicamente de um programa para adoção de praças por empresas, que ficavam responsáveis não somente pelos serviços de limpeza como também por composição estética e políticas de uso do espaço. A ponte entre um registro estético da cultura e uma gestão dos hábitos culturais (modos de vida), o que em Miller e Yúdice (2004) constitui a própria noção de políticas culturais, consolida-se como objeto de promissora gestão mercadológica, o que ratificaria a própria cidade como grande produto da gestão de políticas culturais.

Os dois governos Lula – ministério de Gilberto Gil – são emblemáticos nesse aspecto. Somente nos três primeiros anos de mandato, o orçamento do Ministério subiu de 289 milhões de reais para 513 milhões, além da transferência para políticas culturais de um montante de recusa fiscal que em 2002 era de R\$ 345 milhões e em 2005 já era de R\$ 691 milhões. A consolidação de instituições de gestão é também um inegável avanço em relação às gestões de FHC. A construção do Sistema Nacional de Cultura bem como a criação do Instituto Brasileiro de Museus e de um Sistema Nacional de

Museus com plano específico traduzem a disposição do governo para consolidar uma estrutura burocrática para a gestão cultural no Brasil, o que, no entanto, não significou uma reversão do conceito observado na gestão Cardoso/Weffort. Dois importantes aspectos desse movimento precisam ser destacados.

O primeiro é a gestão da criação. Em Pernambuco, o fomento de produtos culturais, a partir de 2003, esteve voltado, de forma cada vez mais intensa, ao edital de financiamento pelo Estado, o FUNCULTURA<sup>6</sup>. No primeiro ano de edital, o Estado destinou R\$ 8,1 milhões a pouco mais de 100 projetos aprovados. A seleção é realizada em um conjunto de etapas que compreende desde pareceres técnicos de especialistas em cada área específica de atuação a rubricas institucionais que, ao final, decidem pelo produto a ser desenvolvido. Em 2013, o montante de R\$ 33,5 milhões destinados a 400 projetos já demonstra, ao mesmo tempo, o grande interesse do Estado em manter uma gestão sobre a produção cultural em Pernambuco e, importante observar, uma progressiva dependência do edital ao qual se vinculam os agentes de cultura, estes, por sua vez, cada vez mais profissionalizados pelas demandas do campo. Desde sua implantação, o FUNCULTURA destinou R\$ 159,1 milhões à realização de projetos culturais, o que tem amarrado um campo de produção cultural no Estado a uma “cultura dos editais”.

A construção e consolidação de dispositivos de regulação, marca da gestão que pretendeu superar o modelo FHC/Weffort, produziu um complexo conjunto de enquadramentos que deveriam representar uma cultura política do Estado e sua versão para a produção cultural. Ao longo dos anos, é possível observar uma progressiva gestão da criação fortemente ligada a um tipo de financiamento cultural que só faz ser possível a reprodução de uma noção de cultura ligada aos interesses do Estado, lugar excelente para a reprodução da cultura como parte do maquinário de consolidação e reforço identitário. Mas não é só.

O segundo aspecto a ser destacado é a política cultural para a gestão da diferença. Se os ganhos com o Lulismo estão fortemente ligados à redução da miséria, com importante política de distribuição de renda – ainda que isso não tenha afetado as grandes fortunas do país – e redução efetiva do desemprego e seus males associados, as políticas de gestão cultural serviram para consolidar e sustentar as teses de cultura como

---

<sup>6</sup> Com primeiro edital publicado ainda em 2003, no segundo mandato de Jarbas Vasconcelos e primeiro ano de mandato presidencial de Lula. O fundo recolhe verbas do ICMS e transfere ao fomento de atividades culturais em diversas linhas de atuação.

compensação. Os programas de governo desenvolvidos em zonas pobres de cidades como Recife – Pontos de Cultura e Pontos de Memória, por exemplo – funcionaram como importantes dispositivos de análise dos funcionamentos comunitários, mas indicaram pouca possibilidade de gestão coordenada pelas próprias comunidades. Ao final, o trabalho servia fundamentalmente para destacar o lugar da pobreza enquanto traço patrimonial da comunidade, como pode ser observado no bairro do Coque, em Recife, onde a construção do Museu da Beira da Linha do Coque – instituição por si só com diversos problemas que não nos caberá aqui destacar – está ligada ao esforço dos moradores para diminuir o impacto produzido pelo programa de gestão do ponto de memória instalado naquele bairro (SANTANA, 2016). Vê-se sem grandes dificuldades, tal qual observa Fanon (2005) ao estudar as políticas de violência do Estado moderno, o recurso do bem cultural como dispositivo de pacificação, substituindo progressivamente a força policial.

A cultura como compensação, nesse contexto, é a cultura como atenuante das tensões que revelam uma cidade erguida sobre lógicas cruéis de desigualdade. A política da cultura para gerir diferença cultural também é uma importante ferramenta para “completar” a experiência cultural das elites com o selo da diversidade cultural, máxima de uma razão indolente que produz a meritocracia como estrutura para compreensão das desigualdades sociais.

O desafio das estratégias de resistência parece se concentrar ainda mais na pauta de superar uma política cultural como traço do paradigma da gestão eficiente por uma política cultural que traduza mudança social. “*En suma, se trata de una lucha entre concebir la política cultural como una esfera transformadora frente a considerarla una esfera funcionalista*”<sup>7</sup> (MILLER & YÚDICE, 2004, p.13).

Em Recife, nos primeiros anos do século XXI, esse embate tem se traduzido no choque entre um esforço para a profissionalização de uma política de gestão cultural pautada em uma perspectiva de desenvolvimento cultural e financeirização da cultura, materializada em equipamentos voltados ao mercado do turismo global ou às técnicas de “requalificação” urbana, e, num outro lado, no imperativo de outras (ou novas) organizações sociais que têm no reverso da sofisticação das políticas de segregação urbana seu principal objeto de atuação. Até 2017, as torres do “Novo Recife” sequer começaram a ser levantadas. Do mesmo modo que o projeto não representa sozinho um

---

<sup>7</sup> Em suma, se trata de uma luta entre conceber a política cultural como uma esfera transformadora contra a considerá-la uma esfera funcionalista (Tradução livre dos autores).



conjunto de reproduções de uma cidade cuja desigualdade é paradigma urbano, as resistências se estendem da luta contra as torres no cais às políticas cotidianas de denúncia e contra-silenciamento das lógicas de apartação na cidade contemporânea. O momento, nesse aspecto, é promissor para a ambiguidade que estrutura a noção de conveniência (recurso) da cultura em Yúdice (2004). Ele diz respeito à fertilidade dos usos possíveis da cultura também enquanto instrumento de rasuras do social, cisões de estruturas solidificadas pelo discurso do desenvolvimento e por um sentido sufocante e, eventualmente, simulado de tradição. Investigar as formas dessas resistências e suas políticas de ação, contudo, é um exercício que este trabalho não comporta.

### **Referências bibliográficas**

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I – O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer II, 1 – O estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BHABHA, Homi. *DissemiNación: Tiempo, narrativa y los márgenes de la nación moderna* IN *Nación y Narración*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CHATTERJEE, Partha. *La Nación en Tiempo Heterogéneo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

\_\_\_\_\_. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Ed. UNICAMP; Aracaju: Ed. UFS, 2007.

LIMA, Antônio Marques Silva. **O Recife que ninguém vê: uma análise do morar no Bairro do Pilar no Recife.** Natal: dissertação de mestrado, 2017.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política Cultural.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

PEIXOTO, Paulo. *Requalificação Urbana* IN FORTUNA, Carlos; PROENÇA-LEITE, Rogério (orgs.) **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas.** Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios Mundiais.** Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2010.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950.** Recife: Ed.UFPE, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos* IN RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (orgs.). **Políticas culturais na Ibero-América.** Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTANA, Robson. **Cidade, memória e Museologia Social: uma análise sobre a relação entre o espaço urbano, museus comunitários e alternativas de resistência.** Recife: Trabalho de Conclusão de Curso, 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EdUSP, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes* IN **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. *Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional* IN **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo.** São Paulo: Hacker editores, 2005.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano* IN ARANTES, Antônio A. **O Espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

